



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000737239

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0002500-08.2011.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que são apelantes PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e MARCIA EVANGELISTA LOPES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), são apelados JOSE RAIMUNDO JANUARIO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e MARIA ESTER NUNEZ LORENZO JANUARIO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente) e TERCIO PIRES.

São Paulo, 14 de novembro de 2014

DIMITRIOS ZARVOS VARELLIS

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 1621

APELAÇÃO Nº 0002500-08.2011.8.26.0114

COMARCA: CAMPINAS

APELANTE: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR E MÁRCIA EVANGELISTA LOPES

APELADOS: JOSÉ RAIMUNDO JANUÁRIO E MARIA ESTER NUNEZ LORENZO JANUÁRIO

JUIZ DE DIREITO: FABRÍCIO REALI ZIA

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – Parcial procedência em Primeiro Grau de Jurisdição – Recurso do réu – Indenização por danos morais em razão de colisão entre veículos em rodovia que vitimou de forma fatal o filho e a nora dos autores – Culpa do réu configurada – Dano moral caracterizado – Quantum indenizatório fixado de forma correta – Sentença mantida na íntegra – Recurso improvido.

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória, sob o rito ordinário, proposta por JOSÉ RAIMUNDO JANUÁRIO e MARIA ESTER NUNEZ LORENZO JANUÁRIO em face de PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR e MÁRCIA EVANGELISTA LOPES. Alegam os autores, em síntese, que são os pais de *Rafael Nunez Januário* que faleceu, juntamente com sua esposa, em decorrência de acidente automobilístico, no dia 08 de dezembro de 2009, provocado pelo primeiro requerido que conduzia o veículo de propriedade da segunda demandada. Afirmam que o primeiro réu perdeu o controle do veículo por ele conduzido, acabando por colidir com o aparato de proteção da rodovia e, em seguida, com a motocicleta em que estava o casal falecido. Requerem, portanto, a

condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos materiais e morais.

Sobreveio a r. sentença de fls. 211/216, cujo relatório se adota, que julgou parcialmente procedente o pedido indenizatório para condenar apenas o corréu *Paulo Roberto de Oliveira Júnior* ao pagamento da importância de R\$ 110.000,00, a título de danos morais, atualizada monetariamente desde a prolação da r. decisão (27.05.2013) e com juros de mora de 1% ao mês a partir do decurso do prazo para pagamento voluntário (art. 475-J do CPC). Outrossim, foi julgado improcedente o pedido indenizatório em face da corré *Márcia Evangelista Lopes*. Foi decretada a sucumbência recíproca, devendo os autores arcar com o pagamento de metade das custas e despesas processuais, e o corréu com a outra metade, compensando-se os honorários advocatícios. Os demandantes também foram condenados ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da corré *Márcia*, fixados em R\$ 3.000,00. Sendo os requerentes (fls. 83) e o requerido *Paulo Roberto de Oliveira Junior* (fls. 160), beneficiários da Justiça Gratuita, a exigibilidade da verba de sucumbência a eles imposta depende da cessação do estado de penúria jurídica destes sucumbentes, nos termos do art. 12, da Lei 1.060/50.

O requerido *Paulo Roberto de Oliveira Júnior* interpôs embargos de declaração (fls. 220/221), que foram rejeitados a fls. 224/225.

Apela o corréu *Paulo Roberto de Oliveira Júnior* objetivando a modificação do julgado, sustentando, em resumo, que: a) a perda de controle na condução do veículo se deu pela quebra do eixo deste, sendo, portanto, um caso fortuito; b) o laudo elaborado pelo médico legista, diversamente do depoimento do policial militar, não reconheceu quaisquer alterações psicofisiológicas; c) houve culpa concorrente das vítimas, já que estas estavam, na realidade, paradas no acostamento da rodovia e sem o uso do capacete; d) o valor indenizatório, estabelecido pelo MM. Juízo *a quo*, é exorbitante, quando comparado à capacidade econômica dos apelados. Pleiteia, ao final, a reforma da r. sentença.

Recurso recebido e regularmente processado, com

contrarrazões.

É o relatório.

Incontroverso que o corréu *Paulo Roberto de Oliveira Júnior*, ora apelante, conduzia, na rodovia Dom Pedro I, o veículo da marca *Renault*, modelo *Megane* na faixa da esquerda, quando veio a colidir com anteparo de concreto nessa mesma lateral da pista, sendo arremessado para a direita, justamente onde se encontravam as vítimas.

Cinge-se a controvérsia recursal, no entanto, com relação à configuração de caso fortuito; se o recorrente estava embriagado; se houve culpa concorrente; e a necessidade de redução ou não do *quantum* arbitrado a título de indenização por danos morais.

Pois bem.

O nexo de causalidade está configurado, uma vez que a morte do filho e da nora dos autores, ora apelados, ocorreu em razão do acidente narrado, conforme se observa do boletim de ocorrência (fls. 35/38) combinado com o laudo necroscópico (fls. 57/58).

Com relação à culpa, era dever do recorrente, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil, comprovar cabalmente a ocorrência de caso fortuito ou força maior, afastando, consequentemente, a caracterização de sua culpa.

O apelante, pelo contrário, não se desincumbiu satisfatoriamente de seu ônus probatório, pois a simples alegação de perda do controle do veículo não é suficiente para afastar a presunção relativa de que quem colide sem motivo aparente com a mureta de proteção de uma rodovia agiu, ao menos, com imprudência ou imperícia na condução de seu automóvel.

Mas não é só.

Alega o recorrente que o acidente que vitimou de forma fatal o filho e a nora dos recorridos se deu em razão da quebra do eixo do veículo por ele conduzido, o que caracterizaria, portanto, caso fortuito.

Para tanto, o apelante assevera que o laudo pericial realizado demonstraria a quebra, antes do choque com o anteparo da rodovia, do

eixo de seu veículo, como se observaria a fls. 67 combinada com a fotografia de fls. 73.

Todavia, o laudo pericial mencionado pelo recorrente apresente a seguinte conclusão: *“trafegava o VEÍCULO 1 pela rodovia Dom Pedro I, no sentido Campinas- Jacareí, pela faixa de número 1 quando, **por motivos alheios à perícia face à ausência de vestígios relacionados**, derivou à esquerda, chocando-se contra mureta de concreto limítrofe da pista. **Após o choque houve a fratura do eixo dianteiro esquerdo, comprometendo a dirigibilidade do veículo**, dessa forma o veículo ficou desgovernado e derivou à direita, atravessando a pista transversalmente e colidindo com o VEÍCULO 2 que trafegava no mesmo sentido, porém na faixa 3”* (sic – fls. 70 – **sem destaques no original**).

Deste modo, a perícia concluiu que a quebra do eixo ocorreu em razão do choque do automóvel contra a mureta de proteção da rodovia e que a colisão com o anteparo ocorreu por motivos alheios à perícia em face da ausência de vestígios.

Assim sendo, não há prova da ocorrência do caso fortuito alegado.

Aduz o apelante, ainda, que o laudo médico de fls. 51 não comprova cabalmente a sua embriaguez.

Ocorre, entretanto, que o referido laudo informa que o apelante, **aparentemente**, não estava embriagado, **mas** que havia sinais indicativos de que estava sob efeito de álcool etílico e/ou substâncias psicoativas.

No mais, no campo “histórico” do laudo há menção de que o apelante tinha ingerido *“uma lata de cerveja há algumas horas”* (fls. 51).

Acrescenta-se a isso que as testemunhas *Jean Carlos* (policia militar presente no local após o acidente) e *Diego Henriques* (que presenciou o exato momento da colisão), foram categóricos em seus depoimentos no sentido de que o recorrente apresentava sinais notórios de embriaguez (fls. 188/189 – depoimentos em CD-ROM).

Assim sendo, foi comprovado que o apelante consumiu alguma quantidade de álcool antes do momento do acidente. Notório, do

conhecimento comum, que até mesmo um copo de cerveja já é suficiente para alterar os reflexos de um motorista, impossibilitando uma condução segura, caracterizando, conseqüentemente, sua imprudência.

E para que não haja dúvidas quanto aos efeitos do álcool pela quantidade de sua ingestão, caracterizando o quadro de embriaguez, passa-se a análise do quadro extraído da Internet (<http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/etanol2.htm>), a saber:

EFEITOS DO ÁLCOOL

DOSE (g/l)	EQUIVALENTE	EFEITOS
0,2 a 0,3	1 copo cerveja, 1 cálice peq.vinho, 1 dose uisque ou de outra bebida destilada	As funções mentais começam a ficar comprometidas. A percepção da distância e da velocidade são prejudicadas.
0,31 a 0,5	2 copos cerveja, 1 cálice grande de vinho, 2 doses de bebida destilada	O grau de vigilância diminui, assim como o campo visual. O controle cerebral relaxa, dando a sensação de calma e satisfação.
0,51 a 0,8	3 ou 4 copos de cerveja, 3 copos de vinho, 3 doses de uisque	Reflexos retardados, dificuldades de adaptação da visão a diferenças de luminosidade; superestimação das possibilidades e minimização de riscos; e tendência à agressividade.
0,81 a 1,5	grandes quantidades de bebida alcoólica	Dificuldades de controlar automóveis; incapacidade de concentração e falhas de coordenação neuromuscular.
1,51 a 2	grandes quantidades de bebida alcoólica	Embriaguez, torpor alcoólico, dupla visão.
2,1 a 5	grandes quantidades de bebida alcoólica	Embriaguez profunda.
> 5	grandes quantidades de bebida alcoólica	Coma alcoólico.

Nestes termos, em análise do conjunto probatório, configurada está a culpa do recorrente pelo acidente.

No tocante à alegação de culpa concorrente, melhor sorte não socorre ao apelante.

Primeiro porque não há prova cabal de que as vítimas estavam paradas no acostamento no momento da colisão. Ressalta-se, neste ponto, que a testemunha *Diego Henriques* (que presenciou o exato momento da colisão) aduz que as vítimas estavam trafegando regularmente na pista de rolagem com a motocicleta.

Segundo porque não há comprovação, de forma específica, de como as vítimas contribuíram para as lesões por elas sofridas.

À vista disso, de rigor a condenação do apelante à indenizar os danos sofridos pelos apelados.

Por danos morais, na definição do saudoso Professor Carlos Alberto Bittar, **“se traduzem em turbações de ânimo, em reações desagradáveis, desconfortáveis, ou constrangedoras, ou outras desse nível, produzidas na esfera do lesado”** (in *Reparação Civil por Danos Morais*, 2ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993, n.5, p.31, op. cit. in *Dano Moral*, Humberto Theodoro Júnior, 4ª Ed., Editora Juarez de Oliveira, 2001, p.2.).

Os danos morais, na espécie, são absolutamente inegáveis diante da morte violenta e prematura de um filho. Não se pode negar o sofrimento psicológico impingido injustamente aos recorridos pelo recorrente, em razão da imprudência deste na condução de veículo automotor.

Esses motivos se mostram mais que suficientes para a caracterização da ofensa à integridade psíquica da vítima, à sua segurança e tranquilidade, às suas afeições etc. É o dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral da pessoa, incluindo-se neste a dor, a tristeza, a saudade etc, tendo como consequência lógica, da sua injusta violação, o arbitramento de indenização.

Quanto ao valor de R\$ 110.000,00, arbitrado pelo douto Juízo monocrático, este se mostra correto, uma vez que atende ao caráter sancionatório, não violando os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando-se o enriquecimento sem causa e observando-se o equilíbrio econômico do pagador e do beneficiário, considerando-se, ainda, que será repartido pelos apelados.

Pelo meu voto, **nega-se provimento ao recurso**, na forma da fundamentação.

DIMITRIOS ZARVOS VARELLIS

Relator